

Vazamento é a mãe

Para as autoridades federais, jornalistas não investigam, não pesquisam, não entrevistam, não raciocinam. Ora, o que é uma notícia senão um segredo revelado
questiona professor da USP

30

Eugênio Bucci,
O Estado de S.Paulo

05 Março 2016 | 16h00

Foto: UESLEI MARCELINO | REUTERS



olharmos bem para esse mínimo detalhe, veremos que aí repousa, intacto, o espírito da coisa toda. O que é que o governo federal pensa sobre a imprensa? A resposta não está nos grandes movimentos, nas solenidades pomposas, nas performances midiáticas, desde as mais espetaculosas até as mais desastradas. Quem quer entender o que vai na cabeça dos estrategistas do Planalto sobre imprensa não deve se iludir com o jogo de cena das gravatas e dos tailleurs – deve seguir a trilha da palavra “vazamento”.

Vamos atrás dessa trilha. Depois que a revista semanal *Isto É* foi às bancas na quinta-feira com os termos da delação premiada do senador petista Delcídio Amaral, ex-líder do governo no Senado, autoridades federais das mais altas patentes iniciaram sua pregação contra o “vazamento”. Na visão delas, o que sai na imprensa sobre a corrupção praticada por réus mais ou menos ligados ao governo não decorrem do trabalho de reportagem, de esforço de apuração, do talento e da determinação de profissionais maduros. Tudo resulta daquilo que servidores da Polícia Federal, do Ministério Público ou do Judiciário “vazam” com as piores intenções deste mundo.

Na visão dos adeptos desse discurso fanatizante do governo federal, repórteres apenas recebem passivamente o “vazamento” e depois vão cuidar de estampá-lo nos jornais, com espalhafato e sensacionalismo, sem pensar nas consequências. Para as autoridades federais, jornalistas não investigam, não pesquisam, não entrevistam, não raciocinam, não escolhem, não hierarquizam as informações que publicam. Na narrativa oficial do Palácio do Planalto, que agora elegeu a entidade do “vazamento” como a grande culpada pela crise brasileira, a imprensa não passa de uma central de “office boys” a serviço da intriga, um bando de moleques de recados, um correio deselegante sem discernimento crítico e sem responsabilidade social. É assim que, quando falam em “vazamento”, essas autoridades ofendem o jornalismo

vazamentos como arma política. Esses expedientes não contribuem para a estabilidade do País.”

Francamente, as recentes declarações presidenciais sobre “mulher sapiens” e “pernilonga” eram mais inteligentes. Há mais fundamento científico no conceito de “pernilonga” do que há conhecimento sobre a história da imprensa na democracia nas considerações que ela assinou sobre os “vazamentos”.

Não há dúvida de que um agente policial que entrega a um repórter um documento sigiloso da instituição em que trabalha incorre numa prática irregular ou mesmo criminosa (quando essa conduta corresponde a um tipo penal devidamente descrito na lei). Um segredo policial deve ser guardado pelos funcionários públicos que trabalham com ele. Do mesmo modo, um segredo de Justiça deve ser mantido em sigilo por aqueles que, no poder Judiciário, dele se ocupam. Segredos de Estado, sob guarda do Executivo, são resguardados por mecanismos institucionais análogos. Quando um servidor do Estado, em qualquer esfera estatal, comete o deslize de contrabandear uma informação sigilosa a ele confiada, seu ato deve ser investigado, julgado e, se condenado, punido. Até aí, estamos todos de acordo.

O problema começa quando estendemos o mesmo raciocínio para enquadrar os repórteres. Não dá certo. Essa lógica, que vale para o servidor público encarregado de tomar conta de segredos legalmente definidos como segredos, não vale para a imprensa. Ao contrário: se é papel do agente público zelar pela proteção de um ou outro sigilo, o papel da imprensa é o oposto. Ela deve – no sentido de ter o dever de – ficar de olho no poder e trabalhar para descobrir os segredos do poder. Ao descobri-los, deve avaliar a necessidade e a pertinência de torná-los públicos. Eis aí o núcleo do trabalho mais essencial da instituição da imprensa livre. O que é uma notícia senão um segredo revelado?

Até podemos chamar de “vazamento” a informação sigilosa que

contribuíram diversas equipes de profissionais e desqualificar e desrespeitar essas equipes. Quem insiste em chamar o trabalho da imprensa de colagem de vazamentos está interessado em confundir a opinião pública.

Não é só isso, infelizmente. Olhemos a questão com um pouco mais de detalhismo. O que é que a presidente quer dizer com “uso abusivo de vazamentos como arma política”? Ela por acaso acredita que alguma grande reportagem, grande no melhor sentido da palavra, uma reportagem que tenha ferido o nervo do poder, não contou com informações cedidas por pessoas ou grupos que tinham o objetivo de derrotar os interesses de outras pessoas e outros grupos, usando a informação como “arma política”? Escolha uma grande cobertura, qualquer uma, e você verá que a resposta é não. É sempre não.

Podemos pensar na sequência de boas reportagens (de vários órgãos de imprensa) que, em 1992, culminou com o afastamento do então presidente da República Fernando Collor de Mello. Em 1992, Pedro Collor, irmão do então chefe de Estado, deu sua famosa entrevista à revista *Veja* em que acusava o presidente de usar o tesoureiro de sua campanha como testa de ferro, além de outros abusos. Como Pedro Collor não provava nada, absolutamente nada do que dizia (e muitos dos que hoje querem expulsar Delcídio do PT aplaudiam de pé a revista que o entrevistou), é o caso de perguntar: ele não estava em guerra aberta contra o irmão? Não estava usando suas declarações como “arma política”?

Mudemos agora de país sem mudar de assunto. Será que o “Garganta Profunda”, a fonte que abasteceu Bob Woodward, do *Washington Post*, com pistas mais que privilegiadas sobre o escândalo de Watergate, no início dos anos 70, não estava usando e abusando de “vazamentos como arma política”? Estava, sim senhor. Nixon teve de renunciar em 1974, sem que fosse revelada a identidade daquela fonte fundamental. Somente três décadas depois é que se soube: “Garganta Profunda” era

usam suas informações como arma política. Na vida real das democracias, o ideal do jornalismo é o contrário. Jornalistas entrevistam gente descontente, gente que se sentiu ultrajada, gente com sede de vingança. O papel do jornalista é ouvir, com atenção absoluta, e então separar o que é rancor e ódio do que é de genuíno interesse público. Esse julgamento – que não é simples de fazer, e que o Judiciário é incompetente para fazer, em todos os sentidos – é o julgamento que só a imprensa pode fazer.

A sociedade livre precisa da imprensa porque só ela, só a imprensa, vai bulir com o que o poder prefere esconder e, depois, vai contar tudo (o que seja de interesse público) para todo mundo. Sem a profissão de jornalista, o totalitarismo triunfaria, seja sob Nixon, sob Collor ou sob Dilma. A sociedade precisa da imprensa porque só a imprensa tem compromisso não com os segredos do poder, mas com o direito à informação do cidadão. No dia em que abaixar a cabeça para os critérios editoriais de magistrados ou para as teorias jornalísticas desse pessoal que anda em Brasília, a imprensa terá morrido.

Você pode dizer que jornalistas erram, e terá razão. Todo tipo de agressão, desgraçadamente, é perpetrada em nome do direito de informar. Há páginas de vergonha na imprensa brasileira, e não são poucas. Mas não caímos na ilusão de que o caminho para o bom jornalismo está na obediência à autoridade. Por melhor que esta seja. É graças ao jornalismo livre, por pior ele tenha sido, que os cidadãos têm conseguido saber sobre os crimes dos poderosos. É graças aos vazamentos e, ainda mais, graças a alguns jornalistas excepcionalmente bons, que não se curvam.

EUGÊNIO BUCCI É JORNALISTA, PROFESSOR DA USP E ARTICULISTA DA PÁGINA 2 DO *ESTADO*